

TERMO DE REFERÊNCIA 05/2024

1. OBJETO

Confecção de banners, faixa, roupas, personalizadas em alusão aos projetos educacionais inseridos no PPP para atender as necessidades dos alunos e funcionários da Associação de Apoio da Escola Municipal Bernardo Sayão, conforme especificações constantes neste ETP e no Termo de Referência.

O prazo de vigência do contrato será 07 (sete) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes conforme art. 107 da Lei 14.133/2021.

Item	Quant	Unid.	Especificação
01	05	UNID	Luvas sociais femininas de cetim, luvas longas de dedos em cor sólida, luvas longas para atividades de eventos, cor branca OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO
02	13	UNID	MEIA CALÇA: MEIA CALÇA FIO 40, NAS CORES BRANCA, PRETA E COR DA PELE. TAMANHOS: P, M E G. OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO
03	13	PAR	SAPATILHA: SAPATILHA DE BALLET MEIA PONTA DE COURO SINTÉTICO LAVÁVEL DE SOLA INTEIRA, NAS CORES PRETO E ROSA. NUMERAÇÃO DO 32 AO 40. OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO
04	08	UNID	SAIA: SAIA DE BALLET INFANTIL, TAMANHOS 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18. OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO
05	05	UNID	BODY: MANGA LONGA, GOLA EXPANSÍVEL, ABOTOAMENTO POR BOTÕES DE PRESSÃO DE PLÁSTICO localizados nas entre pernas. Composição: 100% algodão -. OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO
06	10	UNID	Macacão: Tecido pré encolhido, tipo sarja 2/1, peso 221 g/m², largura 1,61, composto por 67% fibra de poliéster e 33 % de fibra de algodão, tipo terbrim ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho padrão 519 da cartela de cores da Santista ou perfeitamente similar. Costuras duplas. Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente: corte reto. Com

07	05	UNID	gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO SAIA DE PREGA: MODELO CURTA E COM PREGAS, POSSUI CAIMENTO EVASÊ E FECHO EM ZÍPER. CONFECCIONADA EM TECIDO ENCORPADO. COMPOSIÇÃO: 96%POLIÉSTER 4%ELASTANO. OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO
08	08	UNID	BODY: SEM MANGA, GOLA EXPANSÍVEL, ABOTOAMENTO POR BOTÕES DE PRESSÃO DE PLÁSTICO localizados nas entre pernas. Composição: 100% algodão - OBS: O TAMANHO SERA DITO NO ATO DO PEDIDO

2 - Justificativa da Contratação

A escola Municipal Bernardo Sayão – de paraíso do Tocantins com intuito de adquirir, confecção de banners, faixa, roupas, personalizadas em alusão aos projetos educacionais inseridos no PPP para atender as necessidades dos alunos e funcionários, vem promover processo licitatório nos termos da legislação vigente a fim de contratar empresa para o fornecimento dos itens. A Lei 8.666 /1993 e suas alterações posteriores ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, estabelece norma gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a contratação de serviços e compras, locações no âmbito da esfera municipal e outros. A licitação como expressa o artigo 2º da Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios constitucionais e administrativos, a exemplo da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Na Lei Geral do Pregão (Lei nº 10.520/02) se exige que na fase preparatória do pregão deverá se basear na justificativa da necessidade de contratação pela autoridade competente. Juntamente com a justificativa, a unidade requisitante deverá definir de forma objetivo e pormenorizada o objeto a ser contratado conforme consta no memorando e PBS em anexo aos autos do Processo Administrativo nº 261/2018. Conforme o inciso III do art. 9º do Decreto nº 5450/05, na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado do seguinte: "(...) III – apresentação de justificativa da necessidade de contratação". A limpeza dos ambientes, sobretudo dos locais públicos onde tramitam centenas de pessoas por dia é questão de saúde, pois um ambiente sujo pode transmitir diversas doenças oriundas de bactérias, ácaros e insetos. A aquisição dos materiais de limpeza, higienização justifica-se pela necessidade de manter a limpeza, higienização e desinfecção nas dependências da escola.

3 - Descrição da solução como um todo

Confeção de banners, faixa, roupas, personalizadas em alusão aos projetos educacionais inseridos no PPP para atender as necessidades dos alunos e funcionários da Associação Apoio ano letivo no âmbito da Escola Municipal Bernardo Sayão, do Município de Paraíso do Tocantins/TO.

4 - Execução do Contrato.

A quantidade dos objetos e serem fornecidos serão solicitados de acordo com a necessidade, de forma escalonada, a contar do recebimento da Requisição do Produto;

As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relacionado à entrega dos produtos é de total responsabilidade da contratada;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues;

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos fornecidos;

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, dentro da validade, em perfeitas condições de armazenamento e consumo, sob pena de não recebimento dos mesmos;

Nenhum dos produtos contratados poderá ser substituído por outros diversos, salvo por produtos de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela escola de forma expressa.

5 - Modelo e gestão do contrato.

A gestão desse contrato será feita pela Coordenador de Apoio e Financeiro da Escola Municipal Bernardo Sayão que expedirá ordem de fornecimento que serão recebidos e fiscalizados pelo responsável designado de cada setor.

Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela escola.

O prazo de vigência da contratação é de 07 (sete) meses, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

6 - Sanções

Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.



O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e responderá pelas sanções constantes na Lei nº 14.133, de 2021.

7 - Critério de pagamento

A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal com descrição do objeto, quantidade discriminada e valor correto, acompanhada do cronograma de entrega dos mesmos e as certidões negativas validas na data da emissão da nota fiscal;

O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a Contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos;

O pagamento será efetuado através de transferência bancária, em conta corrente no CNPJ na empresa contratada, no prazo não superior aos 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada.

8 - Forma e critério da seleção do fornecedor.

Esta contratação se dará por meio de Dispensa Eletrônica.

9 - Estimativa das quantidades a serem contratadas

O valor global estimado para possível aquisição dos produtos constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA é de **R\$: 4.490,54 (quatro mil e quatrocentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).**

10 - Origem dos Recursos

Convênio n.º 22 / 2024

11 - Habilitação jurídica:

No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12 - Regularidade fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Paraíso do Tocantins/TO. 15 de outubro de 2024.

Daniilo Silva Moreira

[Assinatura]

**DANILO SILVA MOREIRA MAT. 6721
COORDENADOR DE APOIO E FINANCEIRO**

Simone Castro Marinho

SIMONE CASTRO MARINHO

Presidente da Associação